



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo nº: **0011548-17.2016.8.26.0566**  
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer**  
 Requerente: **RAILDA BRITO GONÇALVES**  
 Requerido: **DANILO CARLOS LOPES FOENTES**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

**D E C I D O.**

O réu é revel.

Citado regularmente ele deixou de comparecer à audiência designada, de modo que se aplicam as consequências previstas no art. 20 da Lei nº 9.099/95.

Por outro lado, o documento de fl. 9/15 conferem verossimilhança à reclamação da autora.

Diante desse cenário, como o dever em realizar a transferência do veículo é do comprador (art. 123, § 1º, do CTB), e tomando em conta que isso não sucedeu, a condenação do réu a tanto é de rigor.

Assinalo que se o réu não cumprir tal obrigação sua vontade será suprida.

Já quanto à pontuação pelas multas aplicadas ao autor, deverá ser transferida ao réu porque como as infrações foram perpetradas por ele (que não demonstrou o contrário) arcará com as consequências correspondentes.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE** a ação para



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL  
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

condenar o réu a: (1) transferir para o seu nome o veículo indicado nos autos no prazo de dez dias, contados da intimação da presente e independentemente do seu trânsito em julgado; (2) diligenciar perante os órgãos de trânsito a transferência para o seu nome da pontuação das multas relativas ao veículo aplicadas após outubro de 2012.

Intime-se o réu pessoalmente para cumprimento imediato das obrigações de fazer que lhe foram impostas (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Ressalvo desde já que na hipótese de descumprimento pelo réu da obrigação imposta no item 1 supra deverá ser expedido alvará para a CIRETRAN local a fim de que promova a transferência do veículo diretamente para ele.

Nessa mesma hipótese, deverá ser oficiado ao DETRAN para a transferência para o nome do réu da pontuação das multas relativas ao veículo aplicadas após outubro de 2012.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95. Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 24 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**